

**O ALBUM GRAPHICO DO ESTADO DE MATTO GROSSO E AS REPRESENTAÇÕES SOBRE OS TRABALHADORES NEGROS (1914/1920)<sup>1</sup>**

Adiléa Benedita DELAMÔNICA

**Resumo:** Procuramos neste artigo observar as representações sobre os trabalhadores, afro-matogrossenses realizadas pelos intelectuais que produziram o AGMT, Album Graphico do Estado de Matto Grosso. Desta maneira, buscamos nas entrelinhas do AGMT, os projetos, que durante as primeiras décadas do século XX foram usados para excluir e expropriarem os afro-matogrossenses nos projetos de modernização e organização do mercado de mão de obra assalariada na cidade de Cuiabá.

**Palavras-chave:** representações – fotografia – trabalhadores – negros.

**Abstract:** In this presentation we aim to look into the representations of the afro-mato grosso people made by the intellectuals that produced the AGMT (Album Graphico do Estado de Matto Grosso – ‘A Graphic Album of the State of Matto Grosso’). Reading between the lines of the AGMT we see echoes of the projects during the first decades of the 20th century, were used to exclude and expropriate the afro-mato grosso workers in the projects of modernizing and organizing the salaried workforce in the city of Cuiabá.

**Keywords:** representations, photography, afro-mato grosso workers.

No início do século XX, a cidade de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, vivia a efervescência causada pelos desejos de modernização que faziam parte de um projeto político de implantação da ordem, da moralização e da disciplinarização da sociedade cuiabana. Era preciso mudar a estrutura urbana e tornar a cidade mais bonita e funcional, tornando Cuiabá a “vitrine” do Estado. Para tanto, parecia de suma importância política que se apagasse tudo o que lembrava o passado escravista visto como símbolo da barbárie e do atraso.

Nesse momento, a elite mato-grossense procurou construir as suas representações<sup>2</sup> sobre seu povo e sua identidade. Um dos veículos utilizados nessa construção foi, sem dúvida, o Album Graphico do Estado de Matto Grosso (AGMT). Através deste álbum fotográfico, a elite mato-grossense e, em particular, a cuiabana, procuraram formular, ainda, uma história sobre o Estado produzindo mecanismos para “controlar, censurar, organizar, recortar, distribuir, ordenar e repartir em níveis as suas atividades e perspectivas de progresso”.<sup>3</sup>

De acordo com Michel Foucault, os discursos do saber/poder “introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis” As práticas discursivas, “modos de pensar”, ou ainda, “modos de representações”, foram utilizadas pelos indivíduos e grupos para idealizar o mundo e suas próprias existências, como também para pensar a existência de outros indivíduos e grupos<sup>4</sup>.

Nesta linha de abordagem, para o estudo analítico dos discursos existentes no AGMT, consideramos, primeiramente, a fotografia na sua condição de discursividade documental. Desta maneira, privilegiamos alguns teóricos capazes de subsidiar uma metodologia para a leitura e interpretação destas fontes. Para tanto, procuramos articular as imagens do “Albhum”, com as teorias de análise de fotografias, buscando no registro fotográfico, como nos aponta Raphael Samuel, “não somente aquilo que é visível, mas o que se encontra fora da moldura: o detalhe acidental (ou incidental) em uma figura”<sup>5</sup>. Nestes termos, nosso olhar se volta também para aquilo que não foi intencional para o autor da foto ou fazia parte dos projetos daqueles que financiaram a obra.

O AGMT foi editado em janeiro de 1914, em Hamburgo, na Alemanha, por iniciativa de empresários mato-grossenses, contando, também, com o apoio do governo do Estado de Mato Grosso, o qual participou diretamente do empreendimento, fornecendo informações oficiais, apresentando relatórios e patrocinando o projeto com a aquisição prévia de dois mil exemplares.<sup>6</sup>

Segundo Valmir B Corrêa<sup>7</sup>, o Álbum Gráfico deve ser considerado mais do que uma “fantástica aventura editorial ocorrida no Estado, pelas informações contidas e pela esmerada produção gráfica”. Os objetivos desta “aventura editorial” estavam ligados à necessidade de divulgar as riquezas naturais do Estado, no país e fora dele, atraindo recursos financeiros. Nas primeiras décadas do século XX proliferaram as publicações deste tipo em todo o mundo. Os Álbuns eram destinados à propaganda das cidades e das empresas e faziam parte de uma estratégia política/editorial que unia a arte da propaganda nascente com a fotografia, tal estratégia tinha como finalidade atingir o maior número de pessoas em um curto tempo, transmitindo as informações de maneira clara e confiável. Participaram do empreendimento os fotógrafos Miguel Peres e L. Salcedo, os quais trabalharam durante dois anos para produzir “uma miscelânea de conhecimentos úteis e diversos”<sup>8</sup>.

No Albhum Graphico as cidades são enunciadas a partir da sua distribuição geográfica. Inicia-se pela região mais central do Estado, passando, em seguida, à descrição das cidades do extremo norte. Tal percurso ocorreu de acordo com o estado das vias de comunicação e dos vários rios existentes na região. Finalmente, trata-se dos municípios da região sul. Este texto inicial, de conotação explicativa sobre o Estado é importante para a constituição de uma “ufanização” do território cujas condições topográficas seriam de uma “beleza rara e sempre

atraente”. O panorama dos recursos naturais, fertilidade do solo, agricultura e estado de pecuária, é descrito no terceiro capítulo. No quarto e último estão anunciadas as vias de comunicação, comércio externo e interno, condições econômicas e demonstrações estatísticas. A esta parte está anexada, ainda, uma relação dos governadores de Mato Grosso, desde a fundação da capitania até o período em que o trabalho é escrito. Além disso, há uma farta quantidade de imagens fotográficas, as quais ilustram todas as partes dos tópicos tratados.

Conforme Feldman-Bianco e Leite<sup>9</sup>, a imagem auxilia na compreensão das formas sociais: “a imagem é técnica que faz falar”. O uso de meios visuais de representação desvenda o processo de comunicação de idéias que forma a base do encontro da pesquisa<sup>10</sup>. Deste modo, o AGMT nos permite localizar certas idéias, visões e atitudes frente aos objetos retratados, em particular, o objeto de nosso estudo: os trabalhadores negros de Mato Grosso.

Como explicita Eduard Samain<sup>11</sup>, podemos considerar que a fotografia instaurava uma nova ordem de visão e uma nova filosofia do olhar. Delineava novos campos da observação humana e, sobretudo, fazia nascer um novo tipo de observador. Com a vulgarização da fotografia no século XX, essas produções ganharam significados especiais e paradigmáticos. Num primeiro momento, as fotografias eram elaboradas com a finalidade de fornecer um conjunto de representações cujas formas lhes davam uma capacidade própria. Mas com o passar do tempo, tornaram-se um nicho de pertencimento, identidade e controle. A fotografia dos documentos estudados delineava novos campos da observação humana e, sobretudo, fazia nascer um novo tipo de observador<sup>12</sup>.

Segundo Louis Marin<sup>13</sup>, a imagem traz a aparência de termos sobre ela um domínio imediato, entretanto, existe uma distinção entre aquilo que se nos apresenta de imediato e o que ela recobre em seus signos. Assim, para esse estudioso, existem etapas interpretativas a serem seguidas para a elaboração analítica da fotografia. A descrição é considerada a leitura inicial que pode conter muitas etapas descritivas previamente selecionadas de acordo com o objeto. Em seu texto sobre “a análise das imagens”, Marin nos aponta para o papel revelador do “intérprete”, uma vez que o conteúdo interpretativo das imagens depende de quem o faz, a partir de seu lugar social, político e econômico, além da sua faixa etária e sua formação cultural. A descrição das imagens compõe um conjunto discursivo cujo conteúdo tem a função de criar uma intenção, uma referência, um reconhecimento do real. Somente levando-se em consideração todas estas questões é que a imagem se transforma em documento.

Na perspectiva de Solange Ferraz Lima<sup>14</sup>, existe uma correspondência direta dos “Álbuns de Cidades” ou das “Visões sobre as cidades” com as novas formas de expressão e linguagem. Elas apontam para uma identidade civil de vontade de representação do cidadão e do orgulho da realização administrativa. Tais impressões podem ser compreendidas como formas de expressão histórico-cultural de uma burguesia comercial emergente que comissionava artistas ou fotógrafos para produzirem as “visões das cidades” as quais

prosperavam com o comércio ou também pela exploração de suas riquezas naturais sendo apresentadas como motivo de orgulho para todos os cidadãos.

Quanto à produção do “Albhum Graphico de Matto Grosso”, interessa-nos investigar o papel da população e do poder público no projeto de escritura da história local, considerando que a elaboração desta “visão” da cidade e do Estado ocorreu no contexto comemorativo do 1º centenário de fundação de Cuiabá. A maior parte do trabalho de elaboração e enquadramento da memória que alimenta a identidade mato-grossense foi feita pelos intelectuais locais. Estes possuíam vínculos com o poder e construíam e ocupavam constantemente os espaços destinados à elaboração e perpetuação de uma estrutura de referências. Ao elaborarem o AGMT objetivaram a inserção de uma ‘identidade local’ em formação, relacionada à história local e regional que ora se elaborava, no contexto da Primeira República, pretendia demonstrar a economia pulsante do Estado, os seus recursos e a sua modernização.

Neste sentido, devemos ressaltar que os seus elaboradores tiveram objetivos explícitos e implícitos. O objetivo explícito principal era transformar o AGMT em um “guia”, pois continha fontes de “informações gerais e seguras” sobre Mato Grosso, principalmente, sobre “suas riquezas naturais, terras agricultáveis, fontes extrativas e minerais”. Além da situação favorável para investimentos financeiros, devido ao “grau de modernidade alcançada pela sua produção local.”<sup>15</sup>

Os objetivos menos explícitos dizem respeito a um conjunto de representações que buscavam construir um quadro de referências, a partir das quais a elite construía a identidade dos mato-grossenses<sup>16</sup>. Algo que os colocava como parte da nacionalidade brasileira, embora distintos pelas características identitárias regionais.

Apesar disso, questões importantes como as diversidades populacionais e as diferenças sócio-econômicas que se produziam e agravavam internamente no Estado não eram consideradas. Os processos de elaboração e reelaboração simbólicos<sup>17</sup>, de maneira geral, seguem a lógica da projeção de imagens destinadas a orientar e até mesmo encobrir as ações dos grupos sociais diante de novas situações. Desde o início da instituição do regime republicano no Mato Grosso, a elite procurou consolidar um projeto de identidade regional, que proclamava o “mestiço como arquétipo da cidadania moderna mato-grossense.” Essa ideologia se baseava na crença da inferioridade da população negra e em uma absoluta, e, por vezes, conflitante admiração e identificação com os ameríndios e seus mestiços<sup>18</sup>.

Apesar da tentativa de homogeneização racial e étnica, esta ideologia mato-grossense de identidade regional tem como resultado uma interpretação racista dos componentes étnicos do Estado. Em posição periférica, Mato Grosso e a sua capital - Cuiabá - viviam numa situação de dependência. O modelo de modernização foi encampado em descompasso com as forças sócio-econômicas em curso nas demais capitais, o que ocasionou um ensejo ao florescimento

de uma cultura alegórica que pode ser interpretada como um indício do desejo dos grupos dominantes de se sentir parte dos “Estados civilizados”.

Nesta linha de raciocínio, a modernização associava valores como o progresso e a “civilização” para construir um modelo identitário. A modernização da capital é assumida enquanto projeto em contraste com a realidade. Aparece freqüentemente associada a uma preocupação com a divulgação daquilo que deve ser visto pelo restante do país e do mundo. Assim, a elite cuiabana “letrada” alojada nas instituições estaduais procura construir uma identidade local, baseada numa “modelagem” moderna.

Deste modo, lentamente foi sendo construída uma nova imagem do passado e do futuro num movimento que buscava excluir qualquer permanência de uma memória negra. Por essa linha de pensamento, podemos perceber claramente o “projeto civilizatório” da elite sobre a população mato-grossense. Essa ação passa pela representação dos negros, pardos e mulatos. Enfim, toda população afro-mato-grossense.

Para Roberto Cardoso de Oliveira<sup>19</sup>, a identidade é um “fato social total”, o qual transpassa todo o tecido social. No AGMT, podemos observar que a elite mato-grossense se identificou com a elite paulista e carioca, assumindo um lugar de elite “estrangeira” perante a grande parte da população iletrada e afrodescendente com seus costumes considerados “bárbaros”.

Desta maneira, podemos supor como conceitua Baczcó<sup>20</sup>, que a imaginação social elabora os mecanismos simbólicos visando produzir a identidade. Neste aspecto, a construção da identidade pela elite mato-grossense influenciou para a consolidação de um imaginário coletivo calcado na imagem mítica do bandeirante como formador da identidade mato-grossense. Nesse sentido, consideramos que a constituição de representações sobre os negros moradores e trabalhadores de Mato Grosso surgiu ligada à própria reorganização do poder local, instaurado nas décadas posteriores à Proclamação da República, em um processo que visava à acomodação política dos segmentos sociais emergentes, colaborando para a reafirmação do poder local. Conseqüentemente, as representações sobre a população negra do Estado perpassaram os paradigmas teóricos raciais.

Dessa maneira, ao estudarmos as representações sobre os trabalhadores afrodescendentes, percebemos que estas se encontram implicadas num processo em que a sociedade se apresenta como produtora de categorias discursivas, ou seja, procuramos pensar essa sociedade como guardiã dos conhecimentos das suas gerações passadas e como produtora de representações coletivas sobre si mesma. De um lado, a “herança” do passado era apropriada pelo grupo dominante para forjar uma identidade regional “comum a todos os extratos sociais”; por outro, esse mesmo grupo procurava apagar as suas marcas de “incivilização” de modo a tornar invisíveis seus aspectos mais intoleráveis existentes, como os loucos, os mendigos, os ameríndios e os afrodescendentes; criando, com a separação destes

grupos, um novo desenho urbano delimitado por “fronteiras” dos espaços “abençoados” e “malditos” sobre os quais nada se comenta no AGMT.

Obviamente, as representações sobre os negros publicadas no AGMT foram produzidas a partir de uma posição etnocêntrica, preconceituosa e pejorativa. Portanto, o “nós” que aparece explícito não incluía as subjetividades negras. Desta maneira, as representações coletivas pertencem a todos os grupos que, por sua vez, têm o seu sistema organizado a partir dos conceitos que as caracterizam. As sociedades sempre controlaram e organizaram os discursos, inclusive aqueles de caráter identitários que são construídos a partir dos procedimentos de exclusão. Na maior parte das vezes, as palavras do cotidiano e as características da exclusão racial que são apresentadas nos jornais, crônicas, romances e memórias da época já se encontravam endossadas pelo AGMT.

Nestes termos, as representações dos negros divulgadas no AGMT mostram que o conceito de “negro” assumido pelas elites cuiabanas não era um conceito estático, pois a cada momento da história da organização da sociedade cuiabana ele foi reconstruído, contudo essas representações eram normalmente negativas, ou às vezes, agressivamente preconceituosas e extremamente manipuladoras quando assimilavam em seus discursos a face perversa da exclusão racial. A maneira como a elite cuiabana compreendia o negro, estava edificada em termos pejorativos, pois denotava um profundo desprezo; aversão e negação de suas aptidões intelectuais. Estes contra-sensos explicam a grande profusão de negros nas imagens do AGMT em papéis subalternos e de trabalhadores braçais.

No AGMT, os negros deveriam ser vistos como elementos integrados a produção capitalista, para isso, era necessário fazer os leitores do “Albhum” - os prováveis investidores - acreditarem que haveria um grande exército de mão de obra, dócil e disciplinado para as empresas que viessem instalar no Mato Grosso. Vale destacar que o processo de imigração estrangeira não foi relevante no Estado, por isso era fundamental integrar a massa de trabalhadores recém saídos da escravidão ao processo produtivo.

Entretanto, as representações sobre os negros no AGMT apresentam os ecos dos paradigmas raciais que circularam durante a primeira República no Brasil, nos quais o negro era percebido como um elemento patologicamente incapaz de trabalhos mais elaborados. Nesse sentido, o que podemos apreender das entrelinhas do AGMT é que a produção e a localização de idéias, posições e atitudes frente ao ideal de progresso e modernização, estavam, entre outros projetos, atrelados aos processos de ordenamento social e a disciplinarização dos grupos afromatogrossenses.

Segundo Renato Ortiz<sup>21</sup>, a vontade de ser moderno orientou a relação de um projeto de construção da identidade nacional, contrapondo à realidade, um “sonho” de modernidade. Essa meta se tornou um problema para os seus cidadãos em um contexto onde a construção da “nação brasileira” estava em curso. Desta maneira, através de seus intelectuais, o ideal de

modernidade um ponto para o qual todas as forças do país devem concorrer. Ser moderno, nesse momento, confunde-se com o projeto da nação que se pretendia construir e este era o modelo pelo qual todos deveriam se orientar, sob pena de ser estigmatizado pela modernidade que se instituíra.

Entendemos que o conceito de modernização dentro de um projeto político conservador é o instrumento conceitual que nos auxilia a explicar o caso de Mato Grosso. Neste caso, estamos procurando articulá-lo no âmbito de um processo histórico particular, isto é, um processo de transição/ inovação que se realiza sem uma quebra constitucional com o vínculo agrário, estruturado no latifúndio; sem uma plena passagem para uma sociedade industrial urbana. Pode-se notar que o Estado não realizou o papel de condutor desse processo de transição através da permanência de amplos setores não mercantis tanto no campo quanto na cidade, além de formas de trabalho ainda extremamente excludentes. Nestas duas questões estão as perspectivas para compreendermos os padrões da nossa “modernidade conservadora”<sup>22</sup>.

Podemos dizer que Mato Grosso e, mais particularmente, sua capital, foram inseridos na modernidade de fora para dentro. A cidade de Cuiabá experimentou uma modernidade conflituosa, sobrepondo, diferentes ritmos sociais, experiências culturais divergentes, cujos encontros e desencontros agravaram algumas tensões na produção dos espaços produtivos. Em parte, os obstáculos de natureza política e econômica, além do conservadorismo de sua tradição política representaram, como procuraremos explicitar, um grande estorvo ao desenvolvimento do mercado de mão de obra assalariado no Estado<sup>23</sup>.

As oligarquias mato-grossenses, mais particularmente cuiabanas, não eram unidas ao redor de um ideal comum, não tinham coerência política e não conseguiram desenvolver uma concreta organização partidária. Como resultado, os governos mato-grossenses, mesmo os que propunham novas políticas de urbanização e de crescimento industrial, não tiveram o consenso necessário para assegurar a organização das indústrias na cidade de Cuiabá.

Para que se avaliem as dimensões básicas da estrutura oligárquica e algumas evidências de suas implicações para o desenvolvimento urbano industrial em Cuiabá<sup>24</sup>, devemos notar que a economia regional estava densamente fragmentada. A estrutura econômica cuiabana apoiava-se em vários produtos de exportação, o cenário produtivo era “diversificado”, mas sem dinamismo. As colheitas de exportação e a mineração não foram capazes de gerar um superávit considerável capaz de ‘enriquecer o Estado’, menos ainda de formar um mercado de mão de obra estável e organizado. Muito embora as suas elites oligárquicas tenham tirado enormes proveitos da política econômica vigente<sup>25</sup>.

### **Os trabalhadores negros de Mato Grosso no AGMT**

A maioria dos lugares onde os trabalhadores executavam os seus afazeres era insalubre, sem iluminação e ventilação. As longas jornadas os obrigavam a ficar longe das famílias por longos períodos; a maioria morria ou ficava inválida em decorrência dos acidentes de trabalho. Eram submetidos a horas exorbitantes de trabalho, submetidos à vigilância dos capangas dos patrões que lhes aplicavam castigos físicos, multas<sup>26</sup>. Apesar de ser difícil acompanhar as condições de vida dos trabalhadores negros, algumas indicações tornam possíveis as incursões em seus ambientes de moradia, como o bairro do Caixão, Bahú, Araés e Lixeira<sup>27</sup>, locais onde foram detectados vários casos de peste varíola nas primeiras décadas do século XX. Segundo o Delegado de Higiene, as habitações eram constituídas por “salões divididos em quartos que apenas recebiam uma rede e continham a noite estivadores e carregadores que pagavam 100 réis por dia”<sup>28</sup>.

As grandes dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores urbanos, naquele momento, foram críticas, devido às cruéis relações de trabalho, carestia e baixos salários. Nos anos de 1914 a 1919, a situação se agravou com a rápida expansão de uma epidemia de gripe que se alastrou por toda a cidade, provocando um alto índice de mortalidade, disseminada pelos navios que vinham de Corumbá levando as mercadorias das Casas Comerciais<sup>29</sup>.

O censo de 1914 nos permitiu identificar cerca de 30 categorias profissionais diferentes em que se ocupavam os negros, são elas: jornaleiros (do mercado, em geral), motorneiros, chauffeurs, marceneiros, plaineiros, pedreiros, trabalhadoras domésticas, costureiras, engomadeiras, padeiros, sapateiros, lancheiros, coletores de garrafas, operários de fábrica, pescadores, peixeiros, cozinheiros, negociantes, vendedores de leite, vendedores de cereais, irabalhadores de dragas, operários das oficinas, empregados da Alfândega, catraieiros, marítimos, policiais, taberneiros, carreteiros, tipógrafos, “matamosquitos”<sup>30</sup>.

A percepção do trabalhador negro como ignorante e incapaz condicionou esses personagens urbanos a executarem ocupações depreciativas. Deste modo, a imagem de “trabalho de negro” estigmatizava quem o executava; dessa maneira, trabalho e homem passaram a ser vistos como uma unidade socialmente negativa.

Conforme June Hahneo<sup>31</sup>, o termo “operário” é usado para designar o conjunto dos trabalhadores manuais urbanos. Durante todo o período da primeira República, o Brasil era um país predominantemente agrícola, tendo quase 70% dos seus trabalhadores dedicando-se à agricultura. No conjunto do país, os empregados das indústrias eram quase 14%, incluindo as pequenas oficinas, 16,5% empregavam-se no setor de serviços, que englobava várias atividades urbanas como serviços domésticos e trabalhos eventuais de vários tipos.

Em Cuiabá, os empregos comerciais estavam localizados no 1º Distrito, onde existiam setenta e seis Casas Comerciais<sup>32</sup> nacionais e estrangeiras que comercializavam os produtos destinados ao mercado cuiabano e aos demais municípios próximos a capital. A maioria dessas

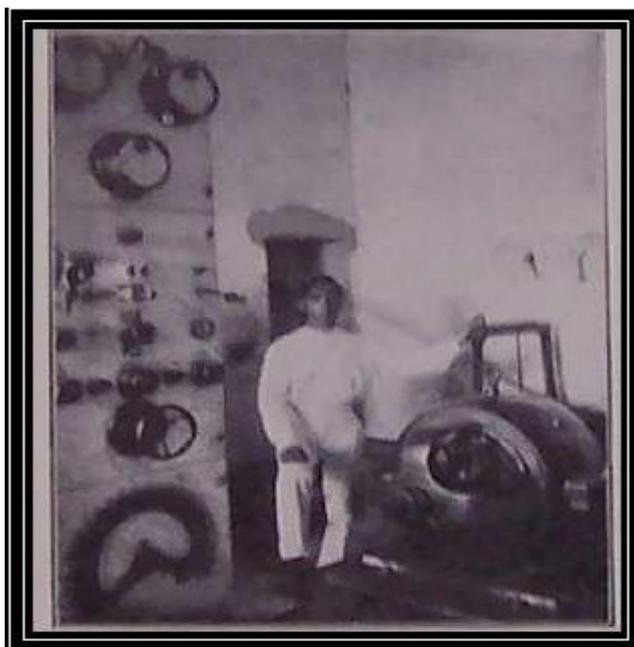
Casas Comerciais era abastecida pelos vapores bolivianos, uruguaios e argentinos, os quais comercializavam os produtos das praças européias, como:

Cognac da casa Bisquit Dubouché & Cia., Cognac; Champagne legítimo Henri Aubert, Lama, Vigor e Rem, os três Aperitivos predilectos, Vermouth italiano Bellardi e franceses Cristal de Taillan; Quina - St. Germain e Fakir, os mais saudáveis; Genebra em botijas e garrafas "A cathedral"; Vinhos franceses de meza, de Bordéus, de Richard & Muller, P. Salin & Fils, Schroeder Schyler & Como (...) da Borgonha, da casa Bouchard Père & Fils<sup>33</sup>.

Os vapores traziam os chocolates suíços, mortadelas e conservas de carnes italianas uvas, figos, ameixas e azeites da Espanha.<sup>34</sup> No trajeto da volta levavam produtos de exportação mato-grossense: a borracha, o couro, os charques, crinas, chifres, sebo, plumas, cal e a erva mate.<sup>35</sup>

A imagem N<sup>o</sup>. 1 do AGMT nos apresenta um trabalhador negro da Cervejaria Almeida e Cia. também chamada "Cuyabana", nela se encontra enquadrada pelo fotógrafo as suas maquinarias modernas, objetivando mostrar para o leitor o desenvolvimento destas empresas e a modernização nas indústrias de Cuiabá. Entretanto, existe uma "brecha simbólica"<sup>36</sup> nesta imagem que nos aponta para cristalização da diferença racial - ainda que construída simbolicamente - passa pelos sentidos, como pondera Flávio Pierucci<sup>37</sup>. Segundo este autor a diferença é "notada com os olhos fixos na pele e, no mesmo movimento, fixada na pessoa, essencializada, (...) da inferioridade imaginada, deduzida, propagandeada".

**FIGURA N<sup>o</sup> 1**

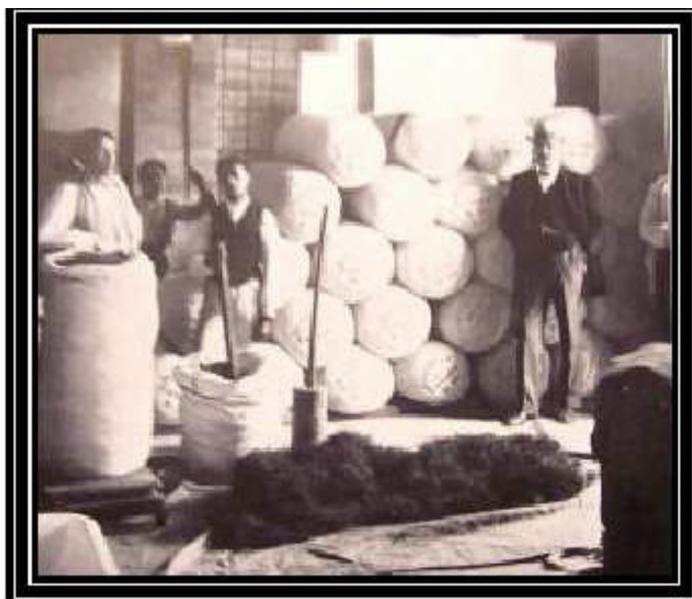


Fonte: AGMT, trabalhador da Cervejaria Almeida & Cia. Cuiabana, p. 323.

É interessante considerarmos que o desenvolvimento das Empresas e Casas Comerciais não promoveu uma efetiva melhoria para a cidade e principalmente para os afro-matogrossenses, pois os recursos gerados eram retidos pela elite local, que repartia seus lucros com os exportadores estrangeiros. Desta maneira, Cuiabá tornou-se um centro comercial restrito e fechado, dominado pela mesma camada que retinha o controle da política e da administração de cidade.

Na figura nº. 2 do AGMT, temos uma dessas Casas Comerciais, onde aparecem três homens brancos. O que se encontra na margem direita da fotografia é o proprietário, que se apóia nas sacas de ipeca erguendo o rosto com orgulho, olha diretamente para o fotógrafo, o outro apresenta uma fisionomia séria demonstrando uma posição hierarquicamente diferenciada do trabalhador negro. No fundo aparece mais um personagem branco que retira um pedaço de ipeca para apresentar à fotografia. O proprietário exibe um paletó, colete, chapéu, gravata e sapatos que lhe atribuíam uma distinção, provavelmente, estas vestimentas eram importadas, como se refere o próprio *Album Graphico*. Possui ainda um relógio de bolso, do qual a fotografia permite visualizar apenas sua corrente; o indício da presença do relógio demonstra uma preocupação com a disciplinarização do tempo produtivo.

**FIGURA Nº. 2**



Fonte: AGMT - Exportadores de ipecacuanha, p.259.

Vemos que o menino negro pousa para o fotógrafo em trajes limpos e novos, ele se encontra apoiado na saca para a exportação. O cenário escolhido reiterava a dominação do trabalhador negro, mas também, mostrava o papel do que lhe era destinado no “novo mundo

do trabalho”. A fotografia nos transmite a idéia de que existe um trabalhador na cidade que é ordeiro, disciplinado e arrumado. (também fig.nº.1) Ele representa junto às sacas o presente/futuro do empreendimento que cresce, sem, contudo, melhorar sua condição de vida.

Em determinadas épocas, a população de outras praças da região chegou a concorrer com o trabalho e a moradia da população cuiabana. A maioria destes trabalhadores gravitava ao redor dos trabalhos ocasionais nas Casas Comerciais, na coleta da borracha e no plantio da erva-mate. Segundo Hernâni Donato, em seu texto “Selva Trágica”<sup>38</sup>, outros trabalhadores de diversas nacionalidades, como paraguaios, argentinos, uruguaios e bolivianos engrossavam os contingentes pobres da cidade de Cuiabá no início do século XX. O censo de 1914, também aponta para o crescimento da densidade populacional modificada para o percentual de 6.32 % desde o início do século, fazendo crescer o exército de reserva de mão de obra, o que tornava os salários mais baixos e os empregos rarefeitos.<sup>39</sup>

Os constantes desenvolvimentos comerciais que ocorreram nos primeiros anos da República, conferiram poucos espaços empregatícios para os afrobrasileiros e nessas funções continuaram expropriados da produção do capital, com posições subalternas, efetuando tarefas mal remuneradas e, na maior parte das vezes, mais degradantes e pesadas. Eram explorados inclusive pelas relações paternalistas que lhes obrigava a subordinação em troca de pequenos favores e apadrinhamentos prestados.

Nesse período, os trabalhadores urbanos de Mato Grosso manifestavam uma incipiente tentativa de organização. Em 1911, “O Comercio” relatava que os tripulantes dos vapores Noroeste e Miranda - que faziam o percurso Cuiabá-Corumbá - de propriedade do “Loyde Brasileiro”, estavam em greve pelas condições desumanas a que eram submetidos. O documento apresenta, inclusive, denúncia de trabalho escravo.<sup>40</sup>

Essa fonte jornalística nos revela a condição desumana e insalubre dos trabalhadores negros do porto. As exigências físicas desses ofícios eram muitas e demandavam um enorme gasto de energia. No entanto, esses sujeitos se alimentavam conforme seus ganhos, que eram minguidos e inconstantes. Muitos possuíam famílias numerosas, o que os expunha ainda mais à exploração das firmas contratantes, como se pode observar neste trecho: “Amâncio que era preto, tinha 30 anos e ao transportar carga para uma embarcação às 6 horas e 25 minutos da manhã, acidentou-se e morreu deixando 5 filhos todos moradores da localidade denominada Caixão dos Pretos”.<sup>41</sup>

O constante movimento dos negros no cais do Porto, levando e trazendo as embarcações maiores, fretando os produtos e artigos importados e exportados, também configura um tipo de atividade executada prioritariamente por negros. Essa tarefa era tão pesada e exigia tanta habilidade quanto à da estiva, uma vez que requeria conhecimentos de como transportar e organizar as mercadorias dentro de pequenos barcos, além da responsabilidade de entregá-las intactas em seu destino.

O porto de Cuiabá, desde a primeira metade do século XIX, foi um local de notável presença de escravos, dinamizado através do que se costumou chamar de mão-de-obra avulsa e não especializada, os “escravos de ganho”, tão comuns no século XIX. Na organização da ordenação capitalista da cidade, esses trabalhadores continuaram a desempenhar o trabalho no carregamento das exportações que se ampliaram, principalmente da borracha, que fez aumentar muito a demanda por mão-de-obra no porto.<sup>42</sup>

Na fotografia nº 3, podemos observar o embarque de borracha no meio da elva destinada ao porto de Cuiabá. Esses trabalhadores realizavam, em sua maioria, atividades nas áreas próximas à cidade de Cuiabá, e ficavam arranchados em rudimentares cabanas de palha, sujeitos às intempéries e às febres, sem nenhum contrato que lhes desse a garantia de receber os salários combinados. Após o período de retirada da borracha da selva, voltavam ao porto geral de Cuiabá, onde desempenhavam todo tipo de atividade que lhes pudessem render alguns proventos.

Na imagem da Figura nº 3, o que nos chama a atenção é que a maioria dos trabalhadores negros encontram-se de pés descalços (um dos estigmas do ser escravo), suas vestes são esfarrapadas e a maioria não se preocupa em disfarçar sua condição subalterna e subtrabalhadora e degradante. As péssimas condições de trabalho minavam aos poucos a saúde desses homens, que se tornavam inativos precocemente. Deste modo, iam perdendo as condições de produzir o próprio sustento e, quando não possuíam parentes ou amigos na cidade que lhes pudessem oferecer abrigo e comida, comumente, sucumbiam.<sup>43</sup>

**FIGURA Nº. 3**



Fonte: AGMT – Embarque de borracha em Igaritês, p. 251.

Vale destacar que, em 1915, os trabalhadores fluviais de Cuiabá publicaram nos jornais vários anúncios convidando para uma reunião inicial que visava à formação de um sindicato e à comemoração do dia do trabalho. Entretanto, esse ato foi considerado como uma ação subversiva pela elite local, comandada pela Igreja Católica, que procurou reprimir toda iniciativa de formação sindical na Capital do Estado de Mato Grosso. Um dos periódicos responsáveis pela repressão aos trabalhadores era editado pela Igreja Católica e tinha o apoio do governo, bem como do patronato da cidade. Esse jornal, denominado a “Cruz”, em sua publicação de 11/04/1915, afirmava:

1º de Maio é uma festa dos operários revoltosos das oficinas e fabricas contra a Justiça de Chicago pela execução de três operários; 1º de Maio, a data revolucionária dos operários anarchistas e socialistas, não tem nenhuma razão de encontrar echo no coração de probo e pacífico operariado cuiabano.<sup>44</sup>

Por esse excerto do jornal “A Cruz”, podemos perceber a necessidade das autoridades e das elites patronais - através da força ideológica do catolicismo - de cristalizar um ideário de passividade e de ordenamento social da população laboriosa, promovendo, através das forças do catolicismo, um apaziguamento social. Datas, festas e doutrinas há como que os filhos das trevas tem conseguido iludir por longo espaço de tempo, enganar matreiramente o espírito catholico, mas, o 1º de maio, uma dessas datas vermelhas, que nos centros de grande movimento, o 1º de Maio, a Polícia tem registrado com um dos maiores perigos sociaes, tal o seu caráter francamente revolucionário não pôde, nem poderá obter por isso mesmo, em parte alguma a adesão, o apoio dos operários catholicos que têm repudiado formalmente.<sup>45</sup>

A igreja católica procurou, no início da formação da República, estabelecer uma profunda diferenciação entre os trabalhadores cuiabanos e os existentes nos grandes centros populosos (com Rio de Janeiro e São Paulo), os quais eram considerados como: “turbulentos,” “ignaros” e “arruaceiros”.

(...) não há motivos para que o nosso bom e pacifico operariado queira aprender como se fazem arruaças. Primeiro de Maio é uma data revolucionaria, data de ódio e vingança, data de assalto contra todos os foros da civilização moderna. (...) Os operários cuiabanos em geral catholicos, honestos, patriotas e bem pensamos não podem e nem devem festejar o 1º de Maio.<sup>46</sup>

Apesar das constantes publicações do jornal a “A Cruz”, procurando ordenar e disciplinar as classes trabalhadoras, percebe-se que os cuiabanos procuram resistir. Na publicação seguinte, o jornal retoma o tema do 1º de Maio:

(...) operários! Não concorramos de modo algum; não demos o nosso apoio a essa festa porque essa data tem sido a vergonha do operário honesto, tem sido a causa do afastamento que nos tem votado espíritos rectos e as vezes, os nossos maiores amigos, nos centros adiantados! Operários! Nós que estamos acostumados a uma vida pacífica nesta terra abençoada, nos que somos amantes da ordem, que estamos em pleno abrigo das leis, em pleno gozo de nossos direitos de cidadãos de uma partia livre e rica, não temos por ora, nenhum direito a reivindicar.”<sup>47</sup>

Conforme vimos observando, o jornal “A Cruz”<sup>48</sup> manifestou-se como uma ferramenta de controle e vigilância na formação do cidadão cuiabano nos primeiros anos da República. Para tanto, utilizaram-se como parâmetros explicativos para diferenciar os trabalhadores cuiabanos dos demais trabalhadores nacionais, levando-os a crer que a índole pacífica era uma característica intrínseca e identitária dos cuiabanos em relação aos demais brasileiros. Os discursos jornalísticos impunham, desta maneira, um padrão de comportamento que deveria ser seguido por toda a sociedade, impedindo qualquer postura diferenciada, comprometendo a formação de uma camada trabalhadora forte que pudesse fazer frente ao discurso autoritário do Estado.

Podemos refletir que as matérias do jornal “A Cruz” procuravam “educar” o operariado, procurando convencê-lo, através de argumentos racionais ou emocionais sobre a melhor forma de se tornar um “bom” empregado, cidadão e membro da família cuiabana. Nesse contexto, revelava-se o distanciamento entre a classe operária e a elite patronal na luta pelos problemas cotidianos, pois a preocupação central das elites no poder é manter a estabilidade social diante de uma nova realidade que é a República. O objetivo central dos discursos estampados nesse jornal era mesmo o de manter o domínio total sobre o trabalhador.

A necessidade de achar uma forma de sobrevivência, obrigava-os a circularem no cais do porto por horas ou se reunirem em outros locais de sociabilidade como os bares, os terrenos baldios para o jogo de bola ou a briga de galo; na praça do porto onde também ficavam sentados esperando a hora das embarcações. Nesses momentos de espera, eram vistos pelas autoridades não como homens a serviço, mas como desocupados ou vagabundos, que passavam o tempo bebendo cachaça nos botequins da região. Podemos perceber na abordagem jornalística que ocorriam atritos constantemente nos quais se envolviam os personagens negros “desocupados”. Além disso, pela maneira como retratam os documentos, o leitor é induzido a acreditar que esses homens eram seres dotados de instintos quase animais, com emoções incontroláveis, com tendências naturais a vícios como o da beberagem e a malandragem.<sup>49</sup>

No entanto, em uma leitura mais pontual, é possível compreender que essa forma de construção sobre os negros era uma representação cuja função social era manter essas segregações raciais, profissionais e espaciais. Segundo Waldyr de Abreu<sup>50</sup> estes mecanismos de controle eram bastante qualificados para o disciplinarização do trabalho das camadas populares, especialmente, os afrodescentes, ameríndios e estrangeiros pobres.

Ao estudarmos alguns jornais de Cuiabá, no período de 1918/1920, chamou-nos a atenção às questões referentes os conflitos sociais e a permanente necessidade das forças policiais conterem a vadiagem, a mendicância, o jogo, a prostituição; além de tratarem da imundície e do abandono das ruas e praças da cidade. Percebemos nesse contexto, que a cidade, durante o período investigado, aglutinava um contingente diversificado de milícias, composto por soldados do Exército, guardas do Arsenal de Guerra e praças da guarda municipal, personagens freqüentes nas ruas de Cuiabá.

A participação de negros nesse mercado de trabalho sempre fez parte da tradição cuiabana. Esses trabalhadores foram utilizados ocupando a função de soldados por meio de recrutamentos compulsórios nas várias campanhas militares que se deram em solo cuiabano no transcorrer de sua história. Esse fator contribuiu para que recaísse sobre esse ofício forte carga de preconceito. O diálogo com as fontes periódicas sugere que esse trabalho também era tachado popularmente como “serviço de negro”. As “falas oficiais” reforçam essa idéia e revelam como se inseriam nessa sociedade e como eram vistos.

Na correspondência interna da Secretaria de Polícia encontram-se inúmeros pedidos de afastamento de soldados. A insubordinação, a conduta indevida, a prática de vícios e imoralidades eram, normalmente, as causas desses desligamentos, vinculados principalmente aos negros. Como o agente de número 17, Ernesto, “cabra preto”, que em 1º de Agosto de 1918 foi recolhido ao xadrez devido ao seu estado de embriaguez. O Inspetor, pediu “sua retirada imediata a fim de não corromper com seu abominável vício o resto do pessoal.”<sup>51</sup>

Esse trabalho era uma das poucas atividades regulares oferecidas a negros e mestiços em Cuiabá. Observamos que em algumas ocasiões esses indivíduos chegavam a ficar vários meses sem receber nenhum vencimento. Tais fatos geravam situações de miséria completa e os levava à prática de pequenos furtos e outros expedientes ilegais:

(...) um sargento e 3 praças do 3º Regimento de Artilharia, atacando em uma rua muito movimentada, a José Albuquerque, roubaram-lhe o revólver e a carteira com 110\$000 obrigando-lhe a sentar-se na calçada para lhe tirarem as botas.<sup>52</sup>

Nesse mesmo enfoque, o jornal “O Matto-Grosso”, noticia em 5 de fevereiro de 1919, roubos praticados por soldados que não receberam o soldo há mais de 4 meses e, em agosto

do mesmo ano, repetiram-se cenas semelhantes, exploradas pela imprensa da seguinte maneira:

Ontem a noite, um soldado Sebastião do Carmo que se achava de folga, penetrou na sala de armas do guarda do Arsenal de Guerras, depois de render os seus camaradas, apoderou-se de uma carabina, indo em seguida negociar no mercado público. Descoberto, a tempo, a arma foi apreendida, escapando-se porém o soldado, cujo paradeiro se ignora até agora, é provável que o delinquente foi descambar pelos lados do Quilombinho.<sup>53</sup>

Para o ingresso na Guarda Municipal, ao candidato era imposto um “Termo de Compromisso” por dois anos, “onde se obrigava, sob palavra de honra, a desempenhar com zelo e lealdade, as funções no cargo de praça, estando prontos a sacrificar a própria vida se preciso fosse no cumprimento do dever”<sup>54</sup> No entanto, nem sempre esse acordo podia ser levado a cabo, como no caso de Querencio da Silva, que assinou o termo em 19 de outubro de 1918 e que foi excluído, após alguns meses, por ser desertor da Guarda.<sup>55</sup> Na correspondência interna da Secretaria da Polícia, encontramos inúmeros pedidos de afastamento de agentes. Em 12 de junho de 1921, foi solicitada a expulsão do agente número 21, José da Conceição, pelo Inspetor Pedro Merenciano, ocasião em que declarou:

José da Conceição era o prototipo da indecência, homem desacostumado à disciplina do Exército, vendo-se ora rodeado de pessoas decentes, “comete por vício diariamente faltas graves. (...) Não só por ser refractario ao serviço, como jogador de profissão e praticante do vício abominavel da bebida.”<sup>56</sup>

Nota-se que o sistema de repressão interna era bastante duro com esses homens. As indicações apontam que eram humilhados por seus superiores mais graduados, os quais utilizavam as disciplinas militares para punir os faltosos com severidade. As pessoas vinculadas às atividades policiais simbolizavam a face mais contraditória desse sistema de exclusão racial e social implementado na cidade de Cuiabá.

Desta maneira, a atitude do policial, ao tentar impor a lei, rompe com os valores vigentes e o coloca na condição de infrator, estabelecendo quem pode definir regras e quem a elas deve submeter-se. O uso da farda do Exército por negros era fonte de piadas e deboches entre os cidadãos bem situados socialmente. Esse modo de vida - considerado desqualificado até pelos grupos com quem dividiam a miséria e o desprestígio social - impunha a esses personagens uma condição de profundo desrespeito na cidade de Cuiabá, o que acarretava, por vezes, conflitos como o que ocorreu em 11 de fevereiro de 1922, na venda da esquina da

rua da Piedade, atrás do cemitério, quando o dono do estabelecimento chegou a apontar um revólver ameaçando os “praças delinqüentes”.<sup>57</sup>

Os artigos relacionam a falta de normas com a presença desses soldados, que não são aceitos nem mesmo dentro de um prostíbulo, possivelmente, por não possuírem meios econômicos que lhes proporcionasse uma vida social ainda que precária e também por tentarem impor suas figuras negras como força policial, representantes da lei. Dessa forma, são percebidos dentro dos diferentes grupos citadinos como indivíduos “excluídos” vestindo fardas, mas, subvertendo a ordem que deveriam impingir.

A ação policial esteve present e como a força reguladora da sociedade, mais particularmente como mecanismo de coerção das camadas trabalhadoras, procurando conter a atuação da população negra na cidade. Desta maneira, o controle sobre a malandragem, a vadiagem, a vigilância sobre os becos, ruas e bairros periféricos tornou-se uma ação articulada entre o corpo policial, as Câmaras Municipais e os Inspetores de Higiene Pública. A vigilância das autoridades sobre os usos dos espaços urbanos, com suas centenas de informantes anônimos, tornava possível o controle de todas as formas de sociabilidades populares, como as festas, os jogos.

As influências das idéias evolucionistas e social-darwinistas importadas da Europa foram reelaboradas e adaptadas à realidade social e política brasileira<sup>58</sup>. Dentro das práticas disciplinares, destacamos a da educação profissionalizante para as crianças negras, como prática “ressocializadora” dos indivíduos, práticas estas que ‘moldavam’ o bom cidadão, fazendo com que o trabalhador estivesse tecnicamente preparado, hábil e dócil. Nesse sentido, as imagens do AGMT procuravam apresentar as diferenças e os preconceitos minorados, por vezes, suprimidos, em meio a uma atmosfera sem movimento e de tranquilidade idílica. As imagens eram seccionadas, isto é, representavam momentos expostos em retratos de mundos separados. De um lado, as imagens dos espaços da cidade eram apresentadas num plano separado dos indivíduos; por outro lado, a divisão nos espaços onde se apresentava o que podia ser visto era a mesma divisão presente nas relações sociais, colocados de maneira distanciada por um olhar que não deixava transparecer qualquer problemática social. Assim, a harmonia idealizada na cordialidade ocultava o autoritarismo e a violência dos controles, criando uma aparência de consenso.

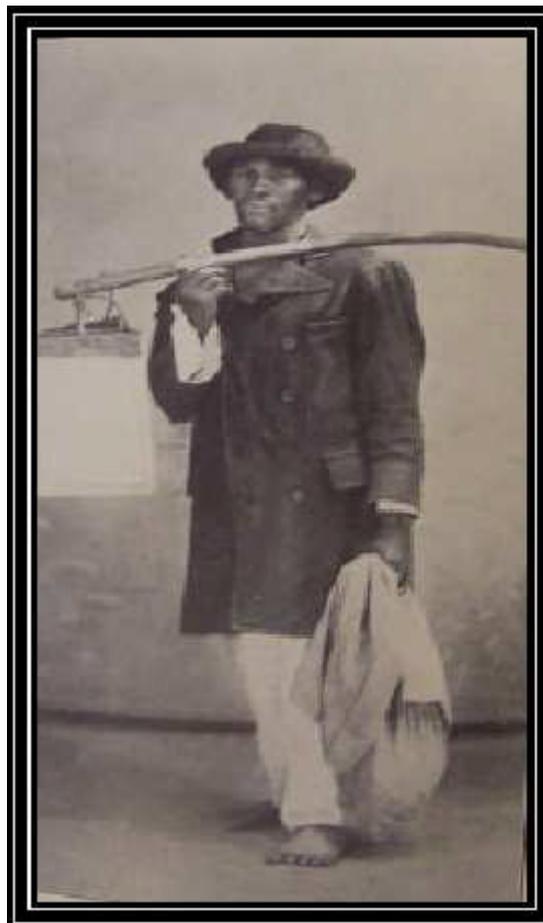
No nível político regional, a ambigüidade do grupo negro cuiabano também estava inscrita na hegemonia do projeto nacional e se tornava evidente pela sua dificuldade em assumir, na instância política, a luta pela cidadania plena. Entretanto, para George R. Andrews<sup>59</sup>, no discurso construído pela elite nacional, a cordialidade era um traço intrínseco do modo de ser, sentir e de agir da sociedade brasileira. Por este aspecto, o caráter cordial presumia uma pretensa solidariedade, unindo indivíduos desiguais, escamoteando as diferenças de classes/raças, minimizando-as, no caráter nacional, os seus antagonismos. A

ideologia da cordialidade<sup>60</sup> construía, no nível afetivo psicológico, uma disposição tática de adesão e de consenso. A positividade do caráter cordial se contrapunha à negatividade da dissensão.

Segundo Ieda Marques Britto<sup>61</sup>, sob a capa da ordem pacífica da disciplina social, o caráter nacional cordial configurava um mecanismo de interiorização do controle social no nível da consciência, no sentido da valorização da concórdia, em conformidade com a busca de harmonia de vontades e de opiniões na prática social.

Na figura nº.4, observamos o vendedor de vísceras de Corumbá (fígado, tripas, miolos, bucho), alimentos comercializados pelo povo pobre de todo o Estado do Mato Grosso. Os hábitos alimentares da população negra apresentavam, também, a sua condição subalterna, como as demais 'reminiscências da senzala', não quebradas nas produções capitalistas deste momento. Estes não tinham recursos para comprar as carnes mais nobres consumidas pela elite local em todo o Estado.

**FIGURA Nº 4**



Fonte: AGMT - Vendedor de Bucho de Corumbá, p. 50.

Na pose feita pelo vendedor de vísceras para o AGMT, podemos observar mais uma das contradições da modernidade mato-grossense. Nessa imagem, o fotógrafo do AGMT teve o objetivo de representar este vendedor construindo uma “pose”, onde o ambulante aparece vestido com um Sobretudo e uma camisa branca, trajas impossíveis de serem usados no seu cotidiano, no qual ele enfrentava o sol causticante da região. A imagem ainda sugere que o vendedor carrega os latões de querosene com “naturalidade”. A fotografia foi propositalmente apresentada em corpo inteiro e não esconde os pés descalços do ambulante apesar do “traje para a foto”. Vemos a sua condição subalterna e expropriada nos pés descalços. Ainda que, grosso modo, trata-se de forjar uma representação, fazendo o leitor do AGMT, acreditar que o que vê à sua frente é a pura expressão da verdade, um ‘trabalhador bem trajado’, a nossa leitura denuncia a prova incontestável da distância entre a representação e a vida real.

Os descendentes de africanos, recém saídos da condição de escravos, pressionaram sua permanência nas bordas da cidade, os chamados “porões da cidade”, como os habitantes de cortiços, favelas, morros, porque sua fonte de sobrevivência continuou sendo a economia informal: nos serviços domésticos, no comércio ambulante, como pintores, pedreiros e carregadores. A economia informal foi uma brecha aberta pelos afrodescentes no início da formação do mercado de mão de obra livre no Brasil, que serve como pista para analisarmos a problemática do negro na esfera regional.

A “permanência” de atividades ligadas aos trabalhos subalternos, como o comércio ambulante (vendedores de peixe frito, refrescos, doces, vísceras e verduras) devia-se à escassez de empregos e à própria discriminação deste grupo, que não fazia parte dos planos de modernidade das elites. A visibilidade dessa figura no Álbum Gráfico nos remete às representações pontuais que entravam em conflito com a modernidade almejada na cidade “branca”; normalmente as suas imagens minimizavam propositalmente a condição marginal e paupérrima dos trabalhadores negros. Esses trabalhadores vagavam pela cidade real, sem empregos dignos e sem garantias de voltar para suas casas com o sustento para seus filhos. Estes fatores tiveram profundas influências nos dias atuais e remetem a uma recorrência em quase todos os Estados do país onde o racismo continuou sendo uma ferramenta de exclusão dos afrodescentes de todas as instâncias da vida social, econômica e política do país.

### **Considerações finais**

A população de origem africana, após amarga experiência como escrava, – mesmo com a República - continuou a fazer parte dos excluídos e subalternos, desprovidos de direitos plenos de cidadania. Neste sentido, só havia possibilidade de sobrevivência no mesmo setor de produção em que atuava enquanto escrava: Geralmente os aspectos de violência e coerção

eram pouco divulgados pela imprensa, que considerava essas denúncias como um ato contra a elite local.

Cuiabá, na fase de crescimento estudada, não oferecia ainda oportunidades concretas de trabalho legalizado, mesmo fora dos sistemas de produção mais privilegiados. Apesar disso, como pudemos apontar, a elite procurava encobrir essas deficiências através de uma propaganda positiva apresentada no AGMT.

## Notas

---

<sup>1</sup> Este artigo apresenta uma versão resumida de um dos capítulos da minha Tese de Doutorado, defendida em 12/12/2005. DeLamônica, Adiléa Benedita. *Nas Bordas da Modernização: As Vivências Negras No Bairro do Caixão - Cuiabá/Mt – 1914-1945*. Assis: UNESP, 2005.

<sup>2</sup> DURKHEIM, E. e MAUSS, M “De quelques formes primitives de classification. Contribution a l'étude desreprésentations collectives”, *Oeuvres II*. Paris: Les Ed. de Minuit, 1969.

<sup>3</sup> Michel Foucault defende na Introdução de “A arqueologia do Saber”, uma postura historiográfica preocupada não mais em revelar e explicar o real, mas em desconstruí-lo enquanto discurso. FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 12ª edição. São Paulo: Forense Universitária, 1986, p. 7.

<sup>4</sup> As análises de Michel Foucault sobre a micropolítica ou da microfísica dos poderes nas sociedades modernas estão ligadas à sua preocupação com o panorama internacional da época, marcada pelas competições ideológicas, econômicas e política das grandes potências. Neste caso, Foucault denunciava em suas obras as tramas de poderes que circularam em todas as instâncias, envolvendo todas as Instituições que atingiam a todos os indivíduos. FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996, pp. 8-9.

<sup>5</sup> SAMUEL, R. “Teatros de Memória.” *Projeto História*. São Paulo: (14), fevereiro, 1997, p. 64.

<sup>6</sup> (...) com este livro presumimos apresentar o Mato Grosso moderno aos que, dentro e fora do Brasil, não conhecem e desejam conhecê-lo. Fizemos por tanto, este “álbum” com a intenção e com o desejo de que ele contribuirá para a evolução da vida econômica do Estado, servindo de guia segura de informações gerais para todos quanto tenham por Mato Grosso algum interesse. *Album Graphico de Matto Grosso*, p.5.

<sup>7</sup> CORRÊA, V. B. “Os herdeiros de Leverger”. *Revista do IHGMT*. Tomos, CXLI-CXLII, 1994, pp.271-287. Consultar também: ZORZATO, P. *A Historiografia de Mato Grosso (1890-1930)*. Tese Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

<sup>8</sup> *Album Graphico do Estado de Matto Grosso*, p.3.

<sup>9</sup> FELDMAN-BIANCO, B. & LEITE, M. L. M(org.). *Desafios da imagem. Fotografia, iconografia e vídeo nas Ciências Sociais*. Campinas/São Paulo: Papirus, 1998. p. 14.

<sup>10</sup> A fotografia aparece no início do século XIX, como uma grande revolução na fixação dos acontecimentos numa Europa tão marcada pela preocupação com o progresso, a modernidade e a empolgação pela novidade, mas, sobretudo, de possibilidade de “reprodução do real”. Nes te sentido, a fotografia trazia uma dimensão de lazer, consumismo.

<sup>11</sup> SAMAIN, E. “Quando a fotografia (já) fazia os antropólogos sonharem: O jornal *La Lumière* (1851-1860)”. *Revista de Antropologia*. V.44, n.º.2, São Paulo, 2001.

<sup>12</sup> Segundo estes autores, as camadas populares não tinham acesso às fotografias, entretanto, eram fotografadas em abundância pelas elites, preocupadas em esquadrihar, analisar e definir os abismos sociais, os exotismos raciais que existiam no Brasil. Nestes termos, a fotográfica retrata as diversas categorias sociais, tais como os doentes mentais, os prisioneiros, as pessoas com deformidades físicas e povos considerados exóticos e nesta categoria incluíam-se os indígenas. A própria linguagem surge para explicar esses eventos, o exótico era aquilo que estava fora da ótica – “ex-optico”. FELDMANBIANCO, B. & LEITE, M. L. MOREIRA (Org.). Op.cit., p. 8

<sup>13</sup> MARIN, L. “A descrição da imagem: a propósito de uma paisagem de Poussin”. In: \_ METZ, C. Et allii. A análise das imagens. Petrópolis: Vozes, 1974, p. 85.

<sup>14</sup> Para Solange Ferraz “(...) Os álbuns fotográficos permitem ao historiador perceber nas noções de cidade, a vida subliminar de representação e valores, associados ao poder público, a estética, a racionalidade, a organização do espaço, o trabalho, o consumo, os lugares sociais, a riqueza, o desenvolvimento, as formas de acesso e de participação na rede de relações sociais”. Consultar: LIMA, S. F. de. São Paulo na virada do século: As imagens da razão urbana: A cidade nos Álbuns fotográficos de 1887-1919. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 1995, p 5.

<sup>15</sup> Vale destacarmos que a maioria dos textos do Álbum Gráfico foi posteriormente publicada nos periódicos como: “O Arquivo”, Cuiabá, 1905, III, p. 3. e nas Revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso .IHGMT.

<sup>16</sup> Sobre a temática da identidade regional e os estigmas do sertanejo nos baseamos nos trabalhos de: GALETTI, L. “O Estigma da Barbárie e a Identidade Regional”. Revista de Pós-Graduação em História. Brasília: UNB, 1995; GALETTI, L. S. G. Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso. Tese Doutorado: FFLCH /USP, São Paulo, 2000; GUILLEN, I. C. M. O imaginário do sertão: lutas e resistências ao domínio da Companhia Mate Laranjeira (Mato Grosso: 1890-1945). Dissertação Mestrado: IFCH/UNICAMP, Campinas, 1991.

<sup>17</sup> BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1974, p.47.

<sup>18</sup> RIHGMT ANNO II - Cuiabá, 8 de Abril de 1922. Tomo V-VI, p. 32; RIHGMT ANNO III. Cuiabá, 8 de Abril de 1920. Tomo V-VI, p. 69.

<sup>19</sup> CARDOSO DE OLIVEIRA, R. C. de. Identidade, etnia, estrutura social. São Paulo: Ed. Pioneira, 1976; CARDOSO DE OLIVEIRA, R. C. “Etnia e Estrutura de Classes: A Propósito da Identidade e Etnicidade no México.” Anuário Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1979.

<sup>20</sup> Como reflexão sobre esta problemática, trabalhamos preferencialmente o texto de Baczko que define que os jornais e revistas propiciam a divulgação e o controle dos discursos que veiculam os imaginários sociais. Ver: BACZKO, B. “Imaginação Social.” Enciclopédia Einaudi, V. I Imprensa.

<sup>21</sup> ORTIZ, R Cultura Brasileira e Identidade Nacional. São Paulo: Brasiliense, 1989, pp.34-35. Nacional e Casa da Moeda, 1984, p. 313- 314.

<sup>22</sup> PRADO Jr., C. A Revolução Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1966.

<sup>23</sup> Ainda não há estudos referentes aos trabalhadores negros urbanos no Mato Grosso. Deste modo, podemos dizer que existe um “vazio historiográfico” em relação ao operariado matogrossense, principalmente, no que se refere à inserção dos afro-matogrossenses nesse processo. Portanto, este estudo dos trabalhadores negros no AGMT é um estudo inédito sobre a problemática do negro em MT.

<sup>24</sup> A cidade de Cuiabá possuía, no 1º distrito, 1.408 casas particulares, sendo que 56 casas estavam desocupadas, provavelmente destinadas ao aluguel, garantia do domínio da elite sobre o espaço principal da cidade. Existia 1 Asilo para idosos, 1 Cadeia, 4 Escolas Municipais, 1 Hospital, 2 Hotéis, 1 Depósito, 2 Escritórios, 1ª Estação de Bonde, 6 Fábricas ou Oficinas Artesanais, que produziam os bens manufaturados utilizados pelas camadas médias e populares. Recenseamento Geral do Estado de Mato Grosso, Cuiabá – IBGE, 1914. Acervo APMT.

- 
- <sup>25</sup> LENHARO, Alcir. Crise e Mudança na Frente Oeste de Colonização. Cuiabá: UFMT/PROEDI, 1980.
- <sup>26</sup> Ofício do Presidente da União dos Taifiros, Eugenio Ferreira Saldanha ao Ilmo. e Exmo. Sem. D Francisco de Aquino Corrêa, D. Presidente do estado, Corumbá, 13/05/1918.
- <sup>27</sup> Sobre os bairros negros de Cuiabá, consultar: DELAMÔNICA, A B. A Dimensão Pedagógica da Espacialidade Negra. O bairro do Araés/ Cuiabá-MT. Dissertação de Mestrado. Cuiabá: IE/UFMT, 1998.
- <sup>28</sup> Secretaria de Higiene Publica n. ° 1914. Acervo APMT.
- <sup>29</sup> Secretaria de Higiene Publica, n. ° 1914/1919. Acervo APMT.
- <sup>30</sup> Directoria Geral de Estatística. Estado de Mato Grosso – Recenseamento realizado em 1º de Setembro de 1914, pp. 246-247.
- <sup>31</sup> HAHNER, J E. Pobreza e Política. Os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920. Brasília, Editora da UNB, 1993.
- <sup>32</sup> Directoria Geral de Estatística. Estado de Mato Grosso – Recenseamento realizado em 1º de Setembro de 1914, pp. 246-247.
- <sup>33</sup> AYLA, S. Cardoso & SIMON, Feliciano (Org.). “Importação, Exportação, Trânsito e Navegação”. In: \_Álbum Gráfico do Estado de Mato Grosso. Hamburgo - Corumbá, 1914, p. LXVI.
- <sup>34</sup> AYLA, S. Cardoso & SIMON, Feliciano (Org.). Op. cit, p. LX.
- <sup>35</sup> CORRÊA FILHO, V. Mato Grosso. Rio de Janeiro: Co-editora brasileira (Cooperativa). 1939, p. 210.
- <sup>36</sup> MENDONÇA, R. F “A marca do negro: jornal impresso e livro didático”. Revista Studium 18. São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.
- <sup>37</sup> PIERUCCI, A. F. Ciladas da Diferença. São Paulo: Editora 34, 1999, p122-3.
- <sup>38</sup> DONATO, H. Selva Trágica. São Paulo: Edibolso, 1976. p.21.
- <sup>39</sup> Directoria Geral de Estatística. Estado de Mato Grosso – Recenseamento realizado em 1914.
- <sup>40</sup> “O Commercio”, Cuiabá, 1/06/1911. Acervo APMT.
- <sup>41</sup> “O Commercio”, Cuiabá- 1/03/1912.
- <sup>42</sup> Directoria Geral de Estatística. Estado de Mato Grosso – Recenseamento realizado em 1914. Consultar sobre a temática dos trabalhadores portuários. CRUZ, M. Virando o Jogo, estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 1998; KARASCH, Mary. A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- <sup>43</sup> Gazeta Oficial, Cuiabá, 18/08/1914. Acervo APMT.
- <sup>44</sup> “A Cruz”, Cuiabá, 11/04/1915. Acervo APMT.
- <sup>45</sup> “A Cruz”, Cuiabá, 11/04/1915. Acervo APMT.
- <sup>46</sup> “A Cruz”, Cuiabá, 11/04/1915. Acervo APMT.
- <sup>47</sup> “A Cruz”, Cuiabá, 11/04/1915. Acervo APMT.

<sup>48</sup> “A Cruz” que era o órgão de divulgação da Igreja Católica, ligado à “Liga do Bom Jesus de Cuiabá. Este jornal foi dirigido de 1925 a 1945 pelo membro do Instituto Histórico de Mato Grosso, Desembargador, Presidente da Academia Mato-grossense de Letras, poeta, jornalista, romancista e escritor José de Mesquita.

<sup>49</sup> “O Matto-Grosso”, Cuiabá, 14/07/1918.

<sup>50</sup> ABREU, W. “O submundo do jogo de azar, prostituição e vadiagem: aspectos jurídicos, sociais e psicológicos.” 2ªed. Rev. Atual. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1984.

<sup>51</sup> Secretaria de Polícia, nº. 22, 01/08/1918. Acervo APMT.

<sup>52</sup> “O Matto Grosso”, Cuiabá, 06/09/1918. Acervo APMT.

<sup>53</sup> “O Matto Grosso”, Cuiabá, 10/10/1919. Acervo APMT.

<sup>54</sup> Secretaria de Polícia, nº. 22, 01/07/1918. Acervo APMT.

<sup>55</sup> Secretaria de Polícia, nº. 1918. Acervo APMT.

<sup>56</sup> Correspondência interna da Secretaria de Polícia. 12/07/1921. Acervo APMT.

<sup>57</sup> “O Matto Grosso”, Cuiabá, 11/02/1922. Acervo APMT.

<sup>58</sup> SCHWARCZ, L. M. O espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p 43-66.. Sobre os conceitos utilizados pelos intelectuais do período (1870-1930), também baseamos nossas pesquisas no trabalho de MAIO, M. C. & SANTOS, R. V. (orgs.) Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

<sup>59</sup> ANDREWS, G. R. Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988). Bauru: EDUSC, 1998.

<sup>60</sup> BERNARDINO, J. “Ação Afirmativa e a Rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil”. Estudo Afro-Asiático. V. 24, n. 2 Rio de Janeiro 2002, p. 2.

<sup>61</sup> BRITTO, I. M. Samba na cidade de São Paulo (1900/1930): um exercício de resistência cultural. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.